

**A COMUNICAÇÃO VIA WHATSAPP NA INTERAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

**LA COMUNICACIÓN VÍA WHATSAPP EN LA INTERACCIÓN ESCUELA Y FAMILIA
EN LA EDUCACIÓN INFANTIL DURANTE LA PANDEMIA DEL COVID-19**

**THE USE OF WHATSAPP AS A COMMUNICATION SOURCE IN SCHOOLS AND
FAMILY INTERACTION IN CHILD EDUCATION AT THE TIME OF THE COVID-19
PANDEMIC**



Silvana LEONCIO¹
e-mail: silvanaleoncio@yahoo.com.br



Zilda MESQUITA²
e-mail: zildamesquita.zm@gmail.com



Rafaela Silva RABELO³
e-mail: rafaelasilvarabelo@hotmail.com

Como referenciar este artigo:

LEONCIO, S.; MESQUITA, Z.; RABELO, S. R. A comunicação via WhatsApp na interação escola e família na educação infantil durante a pandemia de COVID-19. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023055, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v18i00.17218>



| Submetido em: 20/09/2022
| Revisões requeridas em: 25/01/2023
| Aprovado em: 09/02/2023
| Publicado em: 16/08/2023

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Ibirapuera (UNIB), São Paulo – SP – Brasil. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação.

² Universidade Ibirapuera (UNIB), São Paulo – SP – Brasil. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação.

³ Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia – MG – Brasil. Professora da Faculdade de Educação (FACED). Pós-doutorado em História da Educação (USP).

RESUMO: A pandemia modificou os processos comunicativos na educação infantil. Partindo das experiências das autoras, este estudo objetiva refletir sobre a adoção do WhatsApp como suporte de comunicação entre escola e famílias durante a suspensão das aulas presenciais e as mudanças das práticas decorrentes. Trata-se de uma análise qualitativa com base em investigação documental da legislação estadual e municipal seguida da observação participante em duas escolas públicas. A análise dos resultados tem como aporte teórico a cultura escolar, fundamentada em autores como Dominique Julia e Faria Filho. A incorporação do aplicativo WhatsApp como suporte de comunicação desde a suspensão até o restabelecimento presencial das aulas ocasionou maior eficiência na troca de mensagens e na interação entre as culturas da família e da escola. Nesta imediata inserção do WhatsApp, destaca-se um estreitamento nos processos subjetivos desses grupos sociais em torno das práticas pedagógicas realizadas a serviço da promoção da cultura da infância.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia. Comunicação. Educação infantil. WhatsApp. Cultura escolar.

RESUMEN: El contexto de la pandemia ha modificado los procesos comunicativos en la educación infantil. A partir de las experiencias vividas por las autoras, este estudio tiene como objetivo reflexionar sobre la adopción de WhatsApp como soporte de comunicación entre la escuela y las familias durante la suspensión de las clases presenciales y los cambios de prácticas resultantes. Se trata de un análisis cualitativo basado en la investigación documental de la legislación estatal y municipal seguida de observación participante en dos escuelas públicas ubicadas en São Paulo y Diadema. El análisis de los resultados tiene como soporte teórico la cultura escolar, a partir de autores como Dominique Julia y Faria Filho. Se reconoció la imprecisión y discrepancia entre la legislación estatal y municipal relacionada con la regulación de la comunicación entre escuelas y familias. La incorporación de la aplicación WhatsApp como soporte de comunicación desde la suspensión hasta la reanudación de las clases presenciales propició una mayor agilidad y eficiencia en el intercambio de mensajes y en la interacción entre las culturas de la familia y la escuela. En esta inserción inmediata de WhatsApp, se produce un estrechamiento en los procesos subjetivos de estos grupos sociales en torno a las prácticas pedagógicas realizadas al servicio de la promoción de la cultura infantil.

PALABRAS CLAVE: Pandemia. Comunicación. Educación infantil. WhatsApp. Cultura escolar.

ABSTRACT: The context of the pandemic has modified communicative processes in early childhood education. Starting from the experiences lived by the authors, this study aims to reflect on the adoption of WhatsApp as communication support between schools and families during the suspension of face-to-face classes and the resulting changes in practices. It is a qualitative analysis based on a documental investigation of state and municipal legislation followed by participant observation in two public schools in São Paulo and Diadema. The analysis of the results has as theoretical support the school culture, based on authors such as Dominique Julia and Faria Filho. Imprecision and disagreement between state and municipal legislation related to regulating communication between schools and families were recognized. Incorporating the WhatsApp application as a communication support from the suspension to the resumption of face-to-face classes led to greater agility and efficiency in exchanging messages and in the interaction between the cultures of the family and the school. In this immediate insertion of WhatsApp, there is a narrowing in the subjective processes of these social groups around the pedagogical practices carried out in promoting childhood culture.

KEYWORDS: Pandemic. Communication. Child education. WhatsApp. School culture.

Introdução

Na educação infantil, os bilhetes via agenda escolar, telefonemas, reuniões de pais e festividades constituem-se como as formas rotineiras de interação da escola com as famílias. A saber, a agenda escolar tem papel de destaque nessa interação. Um dos fatores que estabiliza a sua adoção é a especificidade do atendimento voltado para as crianças pequenas, de zero a cinco anos, bem como por se tratar de um meio expandido ao alcance da família e da comunidade.

Todavia, no contexto emergencial da pandemia da COVID-19, os sistemas de ensino precisaram se reorganizar nas disposições legais que normatizam a comunicação entre a escola e as famílias. Por conta das modificações em decorrência da pandemia, a agenda escolar deu lugar a novas ferramentas de comunicação, entre elas, o aplicativo WhatsApp, na interação entre escola e famílias para atender as demandas relacionadas à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes. No caso do estado de São Paulo, suas Diretorias Regionais de Ensino emergencialmente passaram a elaborar decretos e atos normativos subsidiados a partir das normas gerais advindas do sistema estadual do governo para a educação infantil.

Partindo das experiências vivenciadas e praticadas pelas autoras durante o período de suspensão das aulas presenciais em decorrência da pandemia, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a adoção do WhatsApp como suporte da comunicação entre escola e famílias na educação infantil em substituição à agenda escolar e as mudanças das práticas escolares em meio ao contexto da emergência sanitária.

O presente estudo tem como métodos qualitativos a investigação documental da legislação municipal e estadual e a observação participante em duas escolas públicas de educação infantil pertencentes respectivamente às cidades de São Paulo e Diadema. A descrição e análise dos resultados tem como aporte teórico-metodológico a cultura escolar, com base em autores como Julia (2001) e Faria Filho *et al.* (2004).

A articulação do conteúdo da legislação (decretos e orientações expedidos tanto pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo quanto pelas Diretorias Regionais durante a suspensão das atividades presenciais) e das experiências vivenciadas pelas autoras na adoção do WhatsApp na discussão apresentada se justifica pela relação existente entre normas e práticas, conforme defendido por Julia (2001).

A primeira parte do artigo explicita a abordagem teórico-metodológica, detalhando as fontes e os procedimentos na coleta e organização dos dados, assim como a relevância da noção de cultura escolar na análise. Na sequência, é apresentado um breve levantamento de

estudos que discutem o impacto da pandemia na educação e a adoção de novas tecnologias. O mapeamento da legislação educacional e as principais diretrizes que possibilitaram a inserção de novas ferramentas tecnológicas durante a pandemia são abordados na terceira parte. Por último, são discutidas as mudanças de práticas observadas com a inserção do WhatsApp. A conclusão traz algumas considerações gerais apreendidas a partir deste estudo, levantando questões que permanecem em aberto, relacionadas à retomada das aulas presenciais.

Abordagem teórico-metodológica

A discussão expressa no presente artigo surgiu da observação das autoras sobre as mudanças que ocorreram no cotidiano escolar, durante a pandemia de COVID-19, em duas escolas de educação infantil públicas, localizadas no estado de São Paulo nas quais atuam, uma na cidade de São Paulo e a outra no município de Diadema.

A vivência empírica a ser relatada a partir da abordagem descritiva dos procedimentos de cada uma das duas instituições no enfrentamento da pandemia subsidia a reflexão e análise das mudanças das práticas de interação escola-famílias retratada no presente artigo. A seguir, apresentamos breve descrição de ações tomadas no âmbito das instituições de educação infantil observadas, a partir da qual explicitaremos a abordagem teórico-metodológica.

O cronograma pedagógico do ano de 2020 se iniciou normalmente nas escolas. A estrutura necessária para o andamento do ano letivo já estava estabelecida. Os meses de fevereiro e março se caracterizam por serem períodos de adaptação das crianças à rotina escolar na educação infantil, mesmo para aquelas que frequentaram a mesma instituição no ano anterior.

Com a emergência da pandemia de COVID-19 em março, a gestão escolar no estado de São Paulo viu-se como único segmento a trabalhar presencialmente na escola, na interação com as famílias, pelos canais remotos de relacionamento (e-mail, telefone etc.) e na retaguarda das Diretorias Regionais de Ensino e da Secretaria de Estado da Educação, visando a atualização cadastral dos estudantes (SÃO PAULO, 2020a).

Para atender as novas demandas, o processo comunicativo passou por uma reorganização inexorável. Somente a gestão administrativa permaneceu trabalhando nas dependências da escola para o atendimento restrito ligado às pertinências de resolução burocrática de questões que necessariamente deveriam ser presenciais.

Na escola de São Paulo, um professor foi designado para auxiliar as trocas de informações pedagógicas e burocráticas com as famílias, exclusivamente através do aplicativo WhatsApp. Porém, sabe-se que na rede houve escolas em que os professores mantiveram grupos de WhatsApp com as famílias dos alunos de suas turmas e outros que restringiram a comunicação unicamente através da plataforma digital de estudos. Além da parceria com um canal de TV para aumentar a oportunidade de acesso às aulas, o estabelecimento da comunicação com os professores e o conteúdo complementar digital ficou disponível às famílias através da plataforma educacional gratuita. As instruções gerais de acesso pelos professores e pelas famílias dos estudantes ficaram disponibilizadas pelo website do portal da Secretaria de Educação. Os docentes carregavam o conteúdo digital no ambiente virtual da plataforma periodicamente, o qual poderia ser acessado de computadores ou smartphones.

Na escola de Diadema no ano de 2020 o modelo de organização das interações pedagógicas concentrou-se no âmbito entre a gestão escolar e a equipe docente através de grupos de WhatsApp, onde se detalhavam pautas de orientação sobre os processos formativos dos professores. No semestre seguinte, com a implantação de atividades regulares on-line para as famílias, as instruções para a realização dessas propostas eram postadas quinzenalmente pelos professores no website da rede de educação, ao passo que a gestão foi responsável pela interação com as famílias através de grupos de WhatsApp por segmento ou faixa etária das crianças, para tratar tanto da atualização cadastral de estudantes quanto das questões pedagógicas. No ano de 2021, a Secretaria Municipal institucionalizou um processo comunicativo de modo mais expandido entre as escolas e a comunidade. Cada professor, após assumir a classe, formou grupos de WhatsApp com os familiares das crianças para a realização das propostas, acompanhado pela equipe de gestão escolar no intuito de validar a institucionalização dos procedimentos de ensino.

Como a obrigatoriedade do retorno presencial na educação infantil (BRASIL, 2020) ficou a critério das prefeituras, o ano de 2021 iniciou com a volta de forma gradual no mês de abril em São Paulo, com um terço dos alunos em cada sala de aula. No mês de julho, o retorno caracterizou-se com o revezamento semanal entre dois grupos de um terço de alunos por sala. O retorno parcial de 50% de alunos ocorreu em outubro de 2021. A frequência de 100% presencial e em tempo integral se deu no início do ano letivo de 2022.

Em Diadema, a educação infantil iniciou o ano de 2021 com o retorno presencial e gradual no mês de agosto de 2021, sob um regime de intercalação de um terço das crianças permanecendo no período de duas horas em dias não sequenciados ao longo da semana. No

mês de setembro, 50% dos alunos de cada turma frequentaram pela manhã e 50% no período da tarde. A totalidade da frequência e período presenciais no município ocorreu no 2º mês letivo de aula – março de 2022.

Observa-se que mesmo com o fim das atividades remotas, o recurso aos grupos de WhatsApp manteve-se em conjunto à utilização das agendas escolares no suporte da comunicação entre as escolas e as famílias.

O recorte temporal sobre o qual se debruça a discussão neste artigo abrange o início da suspensão das aulas, ou seja, março de 2020, o ano de 2021, que configurou uma parcela do ensino híbrido, até março de 2022, com o retorno presencial de todos os estudantes.

Em um primeiro momento, procedeu-se à revisão da literatura relacionada aos desafios e desdobramentos durante esses dois anos da pandemia acerca dos procedimentos de comunicação entre as escolas e as famílias, especificamente na educação infantil e no ensino fundamental. Com o levantamento documental da legislação que normatizou a comunicação entre a escola e a família e com as observações das autoras no decorrer do período de ensino remoto, analisamos os desdobramentos a partir da cultura escolar (JULIA, 2001; FARIA *et al.*, 2004).

Para Faria Filho *et al.* (2004), algo que muito instiga o estudo sobre as culturas escolares é o fato de estar articulado com outras categorias de reconhecido potencial analítico, inclusive a adoção de ferramentas discursivas para uma melhor inteligibilidade aos estudos. Essas categorias que instituem a cultura da escola, sejam de gênero, classe, raça, etnia, entre outras, operacionalizam metodologicamente a investigação de ações dos sujeitos escolares que produzem esta cultura.

De acordo com os mesmos autores, a noção de cultura escolar no Brasil é a categoria que busca interrogar a escolarização da sociedade num determinado momento, bem como os diversos fatores intervenientes:

[...] os limites e as possibilidades e, finalmente, os constrangimentos sociais, culturais, políticos e econômicos postos em funcionamento, ou impostos, sobretudo aos grupos subalternos, pela generalização de uma cultura escolar e, portanto, da escrita na sociedade brasileira (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 153).

No contexto investigativo das práticas escolares que vislumbram a interdisciplinaridade nos rumos metodológicos, a antropologia (JULIA, 2001; FARIA FILHO *et al.*, 2004) é uma das áreas que instrumentaliza a aproximação com evidências da cultura humana no campo escolar.

A cada período da história da educação, cabe a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas das culturas que lhe são contemporâneas (JULIA, 2001); nesse sentido, a abordagem temática da cultura escolar no período pandêmico é indissociável da abordagem da cultural digital.

Impactos da pandemia da COVID-19 na educação e o recurso a novas tecnologias digitais

Constatou-se que com o crescente número de publicações sobre os impactos da pandemia na educação, as novas tecnologias foram uma das temáticas mais abordadas. Logo, vale destacar discussões que remetem às implicações da diversidade que compõe o público escolar brasileiro. As desigualdades aprofundadas pela pandemia mostram que até mesmo países ricos como os Estados Unidos e a França tiveram alunos fora do alcance da escola (FRANCO *et al.*, 2020).

Uma das inquietações decorrentes desses impactos consterna que a ‘escola virtual’ vai eliminar a escola física e que as tecnologias substituirão a pedagogia (NÓVOA; ALVIM, 2021). De acordo com os mesmos autores, há setores que defendem a educação à distância através do *homeschooling* e outros que acreditam que o ensino em casa não substitui a função da escola, mas se complementam. A Europa Ocidental, muito antes da paralisação, já possuía experiência com o uso da internet.

No Brasil, especificamente no estado de São Paulo, famílias e escolas precisavam lidar com a falta de recursos socioeconômicos. Nos primeiros três meses aproximadamente, as escolas foram orientadas pelas Secretarias Municipais de Educação no procedimento da distribuição de cestas básicas de mantimentos e mais tarde as famílias receberam cartões de valor que subsidiariam a alimentação básica dos alunos mais vulneráveis nesse aspecto (BRASIL, 2020).

A falta de recursos midiáticos e acesso à internet nas escolas e nos meios familiares é também um dos principais obstáculos na Educação Básica (FRANCO *et al.*, 2020; BORGES *et al.*, 2021; ANJOS; FRANCISCO, 2021).

O sistema público de comunicação apresenta condições insuficientes para atender toda a população. No ano de 2020, Franco *et al.* (2020) publicou a execução de uma estratégia que visou multiplicar as intervenções desenvolvidas para a Literacia Midiática de professores em três escolas do Distrito Federal, através de debates e capacitação sobre o uso de tecnologias da informação e comunicação e da mobilização de conteúdos. Os pesquisadores constataram que

essas oficinas de formação contribuíram no entendimento conceitual dos docentes e apontam a necessidade de se manter as atividades de forma contínua entre gestores, professores e estudantes, não somente nas noções conceituais como também no campo da ética relacionada a esses usos.

No entanto, as problemáticas mais latentes da crise ainda são o acesso à internet de qualidade e a falta de equipamentos eletrônicos (FRANCO *et al.*, 2020; BORGES *et al.*, 2021), dado que o ensino e aprendizado na crise dependeram exclusivamente do uso desses recursos digitais, tanto pelas famílias quanto pelas escolas.

No que concerne ao ecossistema digital, a influência dos algoritmos exige atenção por conta das pesquisas no âmbito escolar, dado que os alunos estão expostos a todo tipo de conteúdo, necessitando, para isto, a construção e o fortalecimento de estratégias da comunicação digital escolar (FRANCO *et al.*, 2020).

A modalidade da educação à distância prevista em casos emergenciais pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020; BORGES *et al.*, 2021) esbarrou na insuficiência de orientações e diretivas na esfera político-administrativa no país.

Na análise de como vinha sendo a implementação do ensino remoto dos alunos alvo de educação especial (APAEE) (44% do total de alunos das escolas pesquisadas) e da interação com os pais, a utilização do aplicativo WhatsApp representou 93% na comunicação entre famílias e escolas durante o isolamento social. Independente da abordagem de razões dadas pelos professores e pelas famílias, ambos sugerem uma interlocução mais primorosa direcionada às orientações pedagógicas no intuito de consolidar a comunicação (BORGES *et al.*, 2021).

A pesquisa de Franco *et al.* (2020) descreve iniciativas pensadas e executadas por professores e gestores de escolas públicas para a manutenção da comunicação com a sua comunidade escolar. Uma delas foi a adoção de conteúdos holísticos, como a saúde mental e física no desafio por fortalecer no aluno o sentimento de pertencimento na comunidade escolar.

Palestras, rodas de conversa, cursos de curta duração diante dessas lacunas e também a parceria nos processos de reivindicação frente às autoridades governamentais são citadas como alternativas na interação com as famílias, dado que a falta de ferramentas digitais é um dos fatores que mais influenciam a insuficiência comunicativa entre a instituição e famílias (BORGES *et al.*, 2021).

Na cidade do México, uma pesquisa de abordagem antropológica do trabalho docente e do conceito de cidadania (DUSSEL; CARDONA, 2021) investigou a formação de grupos de WhatsApp entre a gestão escolar e docentes em duas instituições (sendo uma de funcionamento privado e a outra pública). Procurou-se saber se havia algum movimento de substituição de velhas hierarquias da escola.

Os autores destacam dessas novas condições de participação um processo de horizontalização dos discursos e mobilização de posições na coexistência de hierarquias:

Maior autonomia, mas também maior risco de fragmentação e endogamia, maior risco de homogeneização ou padronização devido à presença crescente das indústrias culturais muito poderosas, mais possibilidades de controle do cidadão 'desde baixo', com possibilidade de produção e divulgação de mensagens de forma horizontal e descentralizada; mais informalização e participação carnavalesca, com mensagens mais fracas e menos capacidade de articulação política (DUSSEL; CARDONA, 2021, p. 4, tradução nossa).

Os efeitos da digitalização nos hábitos cívicos e suas tensões e contradições demonstram que embora surgissem essas novas lideranças, não apareceu debate ou articulação político-pedagógico efetivos, revelando uma cidadania com característica limitada ou insuficiente (DUSSEL; CARDONA, 2021).

Para Franco *et al.* (2020, p. 53), mesmo os programas de radiodifusão “não prescindem da comunicação interpessoal entre estudante e professor, princípio básico da educação e da comunicação: a fala e a escrita.”

Atualmente, com o aplicativo WhatsApp difundido entre a população, ele, que já vinha gradualmente sendo propagado no âmbito da escola, na pandemia tendeu a se estabelecer. A agenda escolar representava uma ferramenta essencial e passa a ficar secundária ou até mesmo em desuso no suporte da comunicação entre gestão e famílias na educação infantil. Sendo, portanto, o instrumento de comunicação mais utilizado na educação infantil, demarca o ponto de partida nesta reflexão.

O objeto representa (ou representava) um portador de informações próprio do cotidiano da educação infantil, exclusivamente pelo fato da etapa demandar um processo comunicativo específico que se divide entre cuidar e educar, simbiose inerente à educação de crianças pequenas. Mobilizava pontualidades sobre o estudante, várias informações pertinentes às vidas escolar e domiciliar da criança, atendendo assim o contato individualizado entre a escola e as famílias. Porém, outro suporte de comunicação deveria emergencialmente ser instituído com a chegada da crise sanitária.

O WhatsApp passou a desempenhar a função mediadora vigente da comunicação entre a escola e as famílias. O aplicativo insere-se como um recurso multiplicador das segmentações comunicativas entre os diversos grupos culturais da escola.

A partir do novo processo comunicativo da escola decorrente da COVID-19 se evidencia o fenômeno da segregação histórica entre a escola e a família (NÓVOA; ALVIM, 2021).

O embasamento legislativo na comunicação entre gestão escolar e famílias

No decorrer da situação emergencial, as Diretorias Regionais de Ensino homologaram variados decretos para ajustar a adoção de protocolos sanitários nas escolas (SÃO PAULO, 2022b). Deste modo, buscou-se descrever a trajetória dessas normativas acompanhando as constantes alterações e emendas resultantes do monitoramento do maior momento da crise sanitária, que corresponde ao período entre março de 2020 até março de 2022, quando ocorre o retorno 100% presencial na educação infantil nas escolas observadas.

No estado de São Paulo, com o avanço da pandemia no início de 2020, a suspensão das atividades presenciais ocorreu gradualmente no mês de março, para que houvesse tempo das famílias se organizarem quanto ao local que seus filhos ficariam durante a jornada de trabalho dos adultos. Uma das únicas informações confirmadas a respeito do vírus era o seu alto grau de contaminação e mortalidade.

O governo seguiu orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e juntamente à Secretaria Estadual da Saúde elaborou diretrizes ajustadas às políticas públicas de combate ao vírus, que dispôs sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 e adoção gradual da suspensão das aulas da Educação Básica e do Ensino Superior no período entre 16 e 23 de março (Decreto de nº. 64.862, de 13 de março de 2020) (SÃO PAULO, 2020c).

A fim de orientar as tomadas de decisões, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo publicou no diário oficial do estado (DOSP) a Deliberação CEE 177/2020, tratando das normas para reorganização dos calendários escolares de São Paulo. Nesse documento foram previstas ações para a educação infantil, tendo como uma das premissas “utilizar, para a programação da atividade escolar obrigatória, todos os recursos disponíveis, desde orientações impressas com textos, estudo dirigido e avaliações enviadas aos alunos/família bem como outros meios remotos diversos” (SÃO PAULO, 2020d).

Frente às especificidades do desenvolvimento dos bebês e das crianças da educação infantil, o documento salienta a utilização de um eventual período de atividades e reuniões entre os profissionais e as famílias/responsáveis, ressaltando o atendimento aos bebês e crianças, com vivências e experiências que garantam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (SÃO PAULO, 2020d).

A Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Instrução Normativa/SME nº. 13, de 19/03/2020, estabeleceu a antecipação do recesso escolar do mês de julho para 23 de março a 9 de abril daquele ano (SÃO PAULO, 2020e). Na cidade foram estabelecidas algumas poucas unidades ou polos de atendimento para crianças de 0 a 3 anos, cujos pais foram convocados para atuar no enfrentamento da COVID-19, especialmente nas áreas da saúde, segurança, assistência social e serviço funerário, em cinco endereços localizados nas diversas regiões de São Paulo.

Seguindo orientações estaduais, em 20/03/2022, a mesma prefeitura também publicou em Diário Oficial o Decreto nº. 59.283/20 (SÃO PAULO, 2022a). O artigo 16 estabelece à Secretaria Municipal de Educação que:

- I - Capacite os professores para atuarem como orientadores dos alunos quanto aos cuidados a serem adotados visando à prevenção da doença;
- II - Realize mutirão de orientação aos responsáveis e alunos;
- III - Busque alternativas para o fornecimento de alimentação aos estudantes;
- IV - Promova a interrupção gradual das aulas na rede pública de ensino, com orientação dos responsáveis e alunos acerca da COVID-19 e das medidas preventivas;
- V - Oriente as escolas da rede privada de ensino para que adotem o mesmo procedimento estabelecido no item anterior;
- VI - Adote medidas visando à operacionalização de ensino à distância (SÃO PAULO, 2020b).

Em Diadema, através da Portaria nº. 3, de 6 de abril de 2020, foi determinado pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto às suas unidades escolares o recesso para a quinzena correspondente ao período de 8 a 23 de abril de 2020. Protocolos sanitários e condições subjetivas das famílias foram priorizados, e a estratégia tomada pelo município de Diadema, através do Ato Normativo de 22/06/2021, foi de tentar estabelecer “diálogos permanentes entre escolas e famílias dos estudantes e busca ativa daqueles que o diálogo não fosse possível por telefone”, com o fim de “oportunizar momentos de escuta, estreitar os laços e estimular atividades que vão além das tecnologias” (NERI, 2021).

Para o documento, o uso de canais de comunicação digitais passa a ser recurso oficial de interação entre os membros das equipes escolares, desde que de forma institucionalizada, através da mediação dos gestores, para fins de orientação, organização, planejamento e execução de tarefas relacionadas às necessidades e finalidades da Educação (DIADEMA, 2020).

A comunicação via aplicativo WhatsApp teve sua validade institucional estabelecida através da participação da gestão escolar nos grupos de interação entre os docentes e as famílias:

Nos grupos de WhatsApp de cada Unidade Escolar as propostas serão disponibilizadas para as famílias. Cabe ao professor (a) manter contato/participar ativamente deste grupo para detalhar e dar apoio à vivência das propostas (NERI, 2021).

Simultaneamente foi direcionado às equipes de gestão de cada instituição que mantivessem durante o retorno híbrido “a escala de estudantes por turma em local visível na área externa da escola e nos grupos de pais de WhatsApp” (DIADEMA, 2012).

A premissa adotada no estado de São Paulo para a regulamentação normativa deu-se de forma genérica quanto ao tipo de recurso comunicativo a ser adotado pelas escolas. A proposição também é indeterminada e mantém a mesma cessação inerente à Lei Estadual no Decreto da cidade de São Paulo pelas Diretorias de Ensino, ao se referir à adoção de medidas para a “operacionalização do ensino à distância” (Parágrafo VI, artigo 16 do Decreto nº. 59.283).

O processo comunicativo entre gestão escolar e famílias via WhatsApp

Nas duas instituições pesquisadas, o uso do WhatsApp foi mediado por diferentes atores escolares. Na capital, um professor foi designado para conduzir a interação tanto de ordem burocrática quanto pedagógica das escolas com as famílias. No município de Diadema, o trio gestor (diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico) mediou a comunicação entre os grupos de famílias para tratar de todos os assuntos pertinentes à vida escolar das crianças.

A análise se contextualiza no período inicial das atividades remotas, quando um dos procedimentos foi a distribuição pelas escolas de cestas de alimentos destinadas às famílias mais vulneráveis no mês de março de 2020. Prossegue no ano de 2021 com a implantação do

modelo híbrido de aprendizagem e a observação finaliza com o retorno totalmente presencial no início do ano de 2022.

Os aspectos que ocorreram com maior frequência na gestão comunicativa com as famílias foram: dissensão relativa a horários convencionais de envio de mensagem por parte das famílias; ampliação na obtenção de voz participativa pelas famílias; agilidade de acesso ao comunicado pelo interlocutor; a agenda escolar não caiu em desuso com a retomada das aulas presenciais.

No princípio do afastamento, uma das primeiras resoluções a serem tratadas entre a família e a escola foi a organização do fornecimento dos produtos alimentícios na instituição:

Queridas famílias,

Favor preencher este formulário e enviar até o dia 18/05/2020 para que possamos informar o número de kits de alimentação que a escola deverá solicitar junto à Secretaria de Educação.

Obs: Cada estudante terá direito a 1 kit, portanto se na família tiver 2 filhos na creche, receberá 2 kits.

[link de acesso omitido]

(Transcrição de mensagem via bilhete)

A “horizontalização” (DUSSEL; CARDONA, 2021, p. 3) das informações compartilhadas entre grupos apresentam problemáticas do tipo extrapolação de horário e busca por resolução de dúvidas separadamente da coletividade do grupo. Muitas vezes os pais e/ou responsáveis pelas crianças procuram por respostas tão logo suas demandas aparecem, ao mesmo tempo em que a escola é uma instituição que possui demarcações de horários necessariamente disciplinados. Para Borges *et al.* (2021), é preciso considerar também a quantidade elevada de mensagens que os professores recebem dos familiares, podendo prejudicar a gestão dos períodos reservados para interagir com as famílias ou a qualidade na troca de informações. Segundo Franco *et al.* (2021), a utilização do aplicativo WhatsApp ainda causa polêmica entre os docentes devido a fatores como o tipo de conteúdo que os estudantes poderiam postar, bem como a disponibilização ampla de seu contato pessoal.

Se para Julia (2001, p. 11):

Por cultura escolar é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares.

A incorporação do WhatsApp em substituição à agenda sugere-se um instrumental de reflexão enquanto incremento de abrangência da cultura infantil, não no afastamento,

porém no cotidiano de suas vivências em família. Os recursos de vídeo-chamadas, de filmagens, envio de áudios permitem a ampliação de diferentes perspectivas originais também no ambiente intimista familiar.

As questões de desigualdade social (FRANCO *et al.*, 2020; BORGES *et al.*, 2021; ANJOS; FRANCISCO, 2021) evidenciam-se ideologicamente no referido bilhete, demonstrando que a escola, ao enviar o formulário eletrônico, partiu do pressuposto de que pelo menos um membro da família possui básico domínio da cultura digital.

O exercício da cidadania (DUSSEL; CARDONA, 2021, p. 1) e a ética são elementos pontuais entre as discussões inerentes à utilização de grupos online de contextos escolares. A agilidade e o alcance com que as informações são trocadas via aplicativo são incomparáveis ao uso da agenda. Entretanto, se por um lado a legislação estadual normatizou a comunicação entre a escola e as famílias, por outro se observa o direcionamento da incorporação do aplicativo somente na diretriz do município de Diadema. Porém, nas duas escolas verifica-se que a gestão passa por momentos vulneráveis quanto à organização e estabelecimento da comunicação através do aplicativo para atender famílias e docentes mediante as atividades remotas, tanto em Diadema pela prevalência na falta de recursos quanto na ausência de especificidade de diretriz normatizando o uso do aplicativo na capital São Paulo.

A obtenção de voz agora pelas famílias se iguala do ponto de vista hierárquico nos grupos, o que passa a demandar maior manejo do funcionamento da gestão escolar, dado que, diante da mudança abrupta no processo comunicativo, ninguém foi instruído ou educado para a nova situação.

Com a adoção do WhatsApp em substituição à agenda, informações são compartilhadas de modo mais eficiente no cotidiano dos grupos, a exemplo de dia letivo programado em não haver atendimento on-line pelos docentes às famílias.

Com o uso da agenda escolar, havia a necessidade de um planejamento relativamente antecipado pela escola, prevendo situações em que a informação poderia perder-se até chegar às famílias, a exemplo de casos em que a agenda não é verificada pelo responsável naquele determinado dia letivo.

A mensagem seguinte ilustra uma situação em que os familiares souberam de antemão que no dia subsequente não poderiam contar com a comunicação para esclarecimentos diversos pertinentes:

Comunicado

Parada Pedagógica

Amanhã, 01/10/2020, não haverá atendimento remoto, pois, as professoras estarão em formação.

(Transcrição de mensagem via bilhete)

Em contraponto ao efeito da agenda escolar, que compunha uma forma de comunicação verticalizada, os assuntos burocráticos passam a ser resolvidos de forma ampla e coletiva, como mostra o fragmento de interação realizada no dia 16/08/2021, no grupo de WhatsApp, contextualizando as informações sobre o retorno híbrido à escola:

Grupo – Famílias do Maternal 2021

Família 1(10:33 h): “Bom dia gostaria de saber o dia e horário que o Gustavo do Maternal B vai estudar”

Direção (10:45h): “Bom dia Eliene! Me chame no particular, por favor”

Direção (10:46h): “Vamos colocar aqui no grupo, a tabela com o dia e horário de cada criança”

Família 2 (11:27h): “Eu gostaria de saber o Gabriel para ir creche”

Família 3 (11:58h): “Aqui é Ângela mãe da Luana, posso ir até a escola amanhã pois estou sem meu celular e o arquivo da declaração para imprimir e enviar por email como o diretor me pediu não sei se vou conseguir fazer ainda hoje”

Direção (13:04h): “Boa tarde Ângela, pode ir, amanhã a escola estará aberta até às 16 h”.

O recurso audiovisual na utilização do aplicativo WhatsApp diversifica os grupos socialmente: constatou-se casos de membros não letrados nas famílias dos estudantes. As hierarquias passam a coexistir (DUSSEL; CARDONA, 2021) por conta da presença de interlocutores com maior característica de liderança na instituição família dos/nos grupos frente aos assuntos pertinentes à escolarização das crianças.

Com relação ao ano de 2022, caracterizado pela frequência 100% presencial dos alunos:

Comunicado

Bom dia Famílias!

O passeio com os nossos alunos à feira de alimentos precisou ser transferida para a próxima semana, na quinta feira, dia 12 de maio devido à previsão de o tempo marcar chuva e frio.

(Transcrição de mensagem via bilhete)

A agenda escolar não caiu em desuso e a comunicação inerente a essa proposta de atividade para as crianças fora do ambiente escolar foi organizada tanto pela agenda quanto pelo aplicativo. O bilhete impresso seguiu na agenda para que o responsável familiar autorizasse (ou não) via assinatura física e o reenviasse à escola.

Como a data foi modificada com antecedência de apenas um dia antes do evento, por conta da previsão do tempo climático, a opção por nova data foi realizada pela gestão via aplicativo WhatsApp, o que demonstra maior agilidade nos aspectos de organização de propostas pedagógicas diferenciadas na escola. O bilhete impresso assinado pelas famílias estava de posse da gestão escolar, não havendo necessidade de reenvio para nova autorização via agenda.

Com a “horizontalização” (DUSSEL; CARDONA, 2021) do processo, o conteúdo comunicado circula entre a Secretaria Municipal, a gestão escolar e as famílias. O fluxo comunicativo já não é mais fracionado e demanda reconfigurações ordenadas de uma forma objetiva e genérica para que se suponha ajustado a cada uma das realidades e exatamente dialógico a qualquer uma delas.

Na transição abrupta entre o abandono (ou uso secundário) da agenda escolar e a incorporação do WhatsApp, as implicações anteriormente definidas na relação comunicativa da gestão escolar com cada realidade cultural – famílias, professores e a Secretaria Municipal – sofrem mutações, uma vez que o comunicado passa a pertencer ao espaço totalizante da escola, que embora não sendo físico torna-se simultaneamente coletivo.

Neste ponto, percebemos proximidades com o círculo de cultura (FREIRE, 2020), que concebe a mesma propriedade antropológica desse espaço totalizante: o unilateral pode ser rediscutido, o compromisso averbado e o nível de interação aprofundado.

O contexto antropológico na analogia entre grupos de WhatsApp e o método freireano é determinado por uma política, dado que os participantes ganham distância para ver sua experiência imediatamente presente. Essas situações vividas vão se objetivando dialogicamente no repensar do processo histórico da cultura e, também, da cultura letrada (FREIRE, 2020). Tanto nos grupos de WhatsApp quanto nos círculos de cultura não pode haver cópia de palavras, mas expressão de juízos. Nesse movimento, há a intersubjetivação das consciências – mais densidade subjetiva ganha o sujeito nessas realidades culturais simultaneamente coletivas, as quais têm como epifenômeno a cultura letrada, que “atualizando sua reflexão virtual, encontra na palavra escrita uma maneira mais firme e definida de dizer-se, isto é, de existenciar-se na práxis histórica”. Nesse sentido, a “cultura letrada conscientiza a cultura” (FREIRE, 2020, p. 25-27).

Dussel e Cardona (2021) observam a coexistência de hierarquias inerente à horizontalização dos discursos. Para Freire (2020), ocorre a horizontalidade entre essas

narrativas, onde as hierarquias se dissolvem. O mesmo radical etimológico remete-se a um sentido democrático correspondente à desestabilização hierárquica no enunciado.

Na perspectiva da cultura escolar, a investigação dos processos comunicativos na utilização do WhatsApp no contexto pandêmico evidencia que as “ferramentas discursivas” (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 152) evocam os fatores que sustentam a continuidade de situações oficialmente não aceitas por uma representatividade ética e política.

Considerações finais

Reconheceu-se imprecisão e discordância entre a legislação estadual e municipal relacionadas à normatização da comunicação entre as escolas e as famílias. Contudo, foi possível observar que a incorporação do aplicativo WhatsApp como suporte de comunicação desde a suspensão até o restabelecimento presencial das aulas ocasionou maior agilidade e eficiência na troca de mensagens e na interação entre as culturas da família e da escola, ao contrário do que ocorria apenas com o uso da agenda escolar. Com a inserção do WhatsApp, destaca-se um estreitamento nos processos subjetivos desses grupos sociais em torno das práticas pedagógicas realizadas a serviço da promoção da cultura da infância.

É importante destacar que tanto as orientações constantes na legislação analisada quanto os usos dados ao WhatsApp no âmbito da educação infantil reforçam a cultura escolar como um conjunto de normas e práticas, conforme defendido por Julia (2001), e que as práticas podem traduzir de diferentes formas ou até mesmo ignorar/subverter as normas.

Com a retomada das aulas presenciais e a aparente permanência/convivência do WhatsApp com a agenda escolar, surgem novas questões. Por exemplo: Como as práticas de comunicação entre escola e famílias serão pensadas depois da pandemia? Há um processo de hibridação a se acomodar na educação infantil? Como será a educação escolar de crianças pequenas quando a previsão da taxa de natalidade for a menor da contemporaneidade? Na retaguarda dessas e tantas outras indagações, “os contatos pelo WhatsApp foram essenciais para a realização da escuta, tão necessária ao acolhimento emocional, ao resgate da autoestima, ao encorajamento, ao desejo de aprender e ao fortalecimento da esperança” (NERI, 2021, p. 164).

REFERÊNCIAS

- ANJOS, C. I.; FRANCISCO, D. J. Educação infantil e tecnologias digitais: Reflexões em tempos de pandemia. **Revista Zero a Seis**, v. 23, n. esp., p. 125-146, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79007>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- BORGES, L. *et al.* Atividades acadêmicas e relação família-escola durante o isolamento social da pandemia de covid – 19. **Revista Olhares e Trilhas**, v. 23, n. 2, p. 773-795, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/view/60014>. Acesso em: 04 fev. 2023.
- BRASIL. **Lei 23.987, de 7 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113987.htm#view. Acesso em: 22 fev. 2022.
- DIADEMA. **Portaria n. 03, de 06 de abril de 2020**. Aprovado a deliberação CME nº 04/2020. Diadema, SP: Secretário Municipal de Educação, 2020. Disponível em: http://educacao.diadema.sp.gov.br/educacao/attachments/article/2329/PORTARIA%2003_2020%20-%20Aprovacao%20Deliberacao%20CME%2004_2020.pdf. Acesso em: 8 fev. 2022.
- DUSSEL, I.; CARDONA; M. G. F. Los grupos de WhatsApp y lá construccion de nuevas ciudadanías em las escuelas. **Revista Educação e Sociedade Unicamp**, v. 42, n. 251, p. 642, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bsZ9HWKbyQPyxM9ZT8byQvk/?format=pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- FARIA FILHO, L. M. *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 139-159, 2004, Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27928>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- FRANCO, Y. S. *et al.* Comunicação escolar em tempos de pandemia. **Revista Com Senso: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 7, n. 4, p. 49-59, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40013>. Acesso em: 04 fev. 2023.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 74. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-43, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/39195>. Acesso em: 02 jan. 2022.
- NERI, J. F. O. (org.). **Documento Orientador para o Trabalho Remoto e Gradual Retorno às Atividades Presenciais**. Diadema, SP: Prefeitura de Diadema, 2021. Disponível em: http://educacao.diadema.sp.gov.br/educacao/attachments/article/4666/Ato%20Normativo%2001_2021%20-SE%20-

%20DOCUMENTO%20ORIENTADOR%20COMPLETO%2022%20JUN%20COM%20ISB N%20(1).pdf. Acesso em: 08 fev.2022.

NÓVOA, A.; ALVIM, Y. C. Os professores depois da Pandemia. **Revista Educação e Sociedade**, v. 42. n. 249236, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/mvX3xShv5C7dsMtLKTS75PB/?format=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PEREIRA, A. J.; NARDUCHI, F.; MIRANDA, M. G. Biopolítica e Educação: Os impactos da Pandemia do Covid-19 nas Escolas Públicas. **Revista Augustus**, v. 25, n. 51, p. 219-236, 2020. Disponível em:

<https://revistas.unisiam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/554>. Acesso em: 04 abr. 2022.

SÃO PAULO. **Aulas em tempo de quarentena**. São Paulo: Portal Institucional/SME, 2020a. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/coronavirus/perguntas-e-respostas-covid-19/aulas-em-tempo-de-quarentena>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SÃO PAULO. **Decreto n. 59.283, de 16 de março de 2020**. Declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus. São Paulo: Prefeito Municipal, 2020b. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/normais_legais/?p=297546. Acesso em: 24 fev. 2022.

SÃO PAULO. **Decreto n. 65.384, de 17 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais no contexto da pandemia de COVID-19, institui o Sistema de Informação e Monitoramento da Educação para COVID-19 e dá providências correlatas. São Paulo: Governo do Estado, 2020c. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-65384-17.12.2020.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SÃO PAULO. **Resolução deliberação CEE 177-2020, de 15 de abril de 2020**. Normas para as Escolas de Educação Infantil do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo devido ao Surto Global da Covid-19. São Paulo: Conselho Estadual de Educação, 2020d. Disponível em: <https://dejundiai.educacao.sp.gov.br/legislacao290420>. Acesso em: 27 fev. 2022.

SÃO PAULO. **Instrução normativa Secretaria Municipal de Educação - SME n. 13, de 19 de março de 2020**. Estabelece medidas transitórias e antecipa o período de recesso das unidades educacionais [...]. São Paulo: SME, 2020e. Disponível em:

<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-13-de-19-de-marco-de-2020>. Acesso em: 19 fev. 2022.

SÃO PAULO. **Mensagem aos Servidores da Secretaria Municipal da Educação**. São Paulo: Portal Institucional/SME, 2021. Disponível em:

<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/mensagem-aos-servidores-da-secretaria-municipal-da-educacao>. Acesso em: 10 out. 2021.

SÃO PAULO. **Competências definidas na Lei e legislação pertinente ao órgão.** São Paulo: Portal Institucional/SME, 2022a. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/secretaria>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SÃO PAULO. **Diretorias Regionais de Ensino (DREs).** São Paulo: Portal Institucional/SME, 2022b. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/dres/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Não aplicável.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados e material: Não aplicável.

Contribuições dos autores: Silvana Leoncio e Zilda Mesquita contribuíram no levantamento documental, análise e discussão dos dados e redação do texto; Rafaela Silva Rabelo contribuiu na análise e discussão dos dados e redação do texto.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

